

**PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA**

***PERSPECTIVES AND CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION: A
BIBLIOGRAPHIC REVIEW***

***PERSPECTIVAS Y DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA: UNA REVISIÓN
BIBLIOGRAFICA***

*Myrella Lopes de Souza
mylla.mireia@hotmail.com
Especialista
Professora da Prefeitura Municipal de Araripina*

*Alexsandro dos Santos Machado
alexdesapucaia@gmail.com
Doutor em Educação (UFRG)
Prof. UFRPE*

RESUMO

Neste artigo, delineamos as principais perspectivas e desafios da Educação Inclusiva no Brasil através de uma revisão bibliográfica. Para tanto, apontamos que historicamente a inclusão, desde o seu surgimento, passou por diversas etapas e movimentos que lhes trouxeram muitos desafios. No Brasil, em termos legislativos, o documento que a fundamenta é a Constituição Federal de 1988, que passou a exigir o respeito ao diferente, isto é, a diversidade. O estudo em questão, busca empreender uma análise a respeito das perspectivas e desafios da Educação Inclusiva. A coleta de dados foi realizada na base de periódicos da Capes, a partir de artigos publicados no período de 2014 a 2017. Como critérios de inclusão, utilizou-se o descritor “Educação Inclusiva”, área e período de publicação (Educação, Psicologia e Educação Especial /2014 a 2017), e artigos em português. Assim, percebemos que inserir pessoas com e sem deficiência em salas de aula de escolas comuns ainda continua sendo um grande desafio político e social. Nesse sentido,

a pesquisa foi conduzida através da categorização dos dados, que foram organizados e avaliados em descritores, sendo eles: Temáticas abordadas, Tipos de Estudo, Lócus, Nível Educacional, Público alvo ou Participantes e Desafios da Educação Inclusiva. A partir dos mesmos, buscamos confrontar e/ou relacionar as informações presentes em cada publicação. Concluímos através do estudo que se faz necessário construir novas concepções dentro do processo político do qual as pessoas da comunidade escolar atuam, produzindo assim novas perspectivas para a inserção de pessoas com deficiência na educação regular.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Perspectivas. Desafios. Revisão Bibliográfica.

SUMMARY

In this article, we outline the main perspectives and challenges of Inclusive Education in Brazil through a literature review. Therefore, we point out that historically, since its inception, inclusion has gone through several stages and movements that brought them many challenges. In Brazil, in legislative terms, the document that underlies it is the Federal Constitution of 1988, which began to demand respect for the different, that is, diversity. The study in question seeks to undertake an analysis of the perspectives and challenges of Inclusive Education. Data were collected from Capes journals, based on articles published from 2014 to 2017. As inclusion criteria, we used the descriptor "Inclusive Education", area and period of publication (Education, Psychology and Special Education / 2014 to 2017), and articles in Portuguese. Thus, we realize that inserting people with and without disabilities into ordinary school classrooms remains a major political and social challenge. In this sense, the research was conducted through the categorization of the data, which were organized and evaluated in descriptors, as follows: Themes addressed, Types of Study, Locus, Educational Level, Target Audience or Participants and Challenges of Inclusive Education. From them, we seek to confront and / or relate the information present in each publication. We conclude through the study that it is necessary to build new conceptions within the political process in which the people of the school community act, thus producing new perspectives for the inclusion of people with disabilities in regular education.

Keywords: Inclusive Education. Prospects. Challenges. Literature review.

RESUMEN

En este artículo, describimos las principales perspectivas y desafíos de la Educación Inclusiva en Brasil a través de una revisión de la literatura. Por lo tanto, señalamos que históricamente, desde su inicio, la inclusión ha pasado por varias etapas y movimientos que les trajeron muchos desafíos. En Brasil, en términos legislativos, el documento que subyace es la Constitución Federal de 1988, que comenzó a exigir respeto por la diversidad, es decir, la diversidad. El estudio en cuestión busca realizar un análisis de las perspectivas y desafíos

de la Educación Inclusiva. Los datos se recopilaban de las revistas Capes, en base a artículos publicados entre 2014 y 2017. Como criterio de inclusión, utilizamos el descriptor "Educación inclusiva", área y período de publicación (Educación, Psicología y Educación Especial / 2014 a 2017), y artículos en portugués. Por lo tanto, nos damos cuenta de que la inserción de personas con y sin discapacidades en las aulas escolares normales sigue siendo un gran desafío político y social. En este sentido, la investigación se realizó a través de la categorización de los datos, que se organizaron y evaluaron en descriptores, de la siguiente manera: Temas abordados, Tipos de estudio, Locus, Nivel educativo, Público objetivo o Participantes y Desafíos de la educación inclusiva. A partir de ellos, buscamos confrontar y / o relacionar la información presente en cada publicación. Con el estudio concluimos que es necesario construir nuevas concepciones dentro del proceso político en el que actúan las personas de la comunidad escolar, produciendo así nuevas perspectivas para la inclusión de las personas con discapacidad en la educación regular.

Palabras clave: Educación inclusiva. Perspectivas Desafíos Revisión bibliográfica.

INTRODUÇÃO

O paradigma da Inclusão Escolar, movimento iniciado em meados do séc. XX, em favor dos marginalizados e segregados, defendendo uma educação para todos, com igualdade de ingresso e permanência na escola, além de assistência e ensino que responda a realidade individual (GUSMÃO; MARTINS; LUNA, 2011), representando a subtração de qualquer situação de exclusão, experimentou mudanças representativas no decorrer dos anos, levando-o a alcançar dimensões colossais.

Hoje, a bandeira inclusiva não só faz parte do contexto histórico da educação, mas está amparada em diferentes dispositivos legais. Podemos perceber esse fato na Constituição Federal, onde o art. 205 estabelece a educação como um direito social e universal, destinado a formação cidadã e qualificação profissional (BRASIL, 1988), entre outros aparatos legislativos, participantes do conjunto de ações e políticas que se materializaram na atual perspectiva de Educação Inclusiva.

Neste sentido, a Educação Inclusiva não se limita a receber alunos com deficiência na escola, mas antes compreende o acolhimento de todos os estudantes,

independentemente de suas condições e/ou especificidades, sejam elas sociais, culturais, étnicas, cognitivas, físicas, entre outras. Constitui-se ainda no reconhecimento e valorização das diferenças, uma vez que todos somos diferentes (TREVISOL; TURSKI, 2010). Contempla, portanto, a perspectiva de equidade e diversidade (FALCÃO; SANCHES, 2016), defendendo uma educação para as diferenças e não para o diferente, junto a oferta de uma formação plena.

Cabe à escola, instituição preconizadora de políticas públicas, salvaguardar os direitos sociais em educação e articuladora do processo educativo, atender essa demanda que, segundo Gusmão, Martins e Luna (2011), implica reestruturação organizacional, cultural, curricular, pedagógica e de funcionamento, exigindo dessas um exame criterioso do seu propósito e função social.

Apesar da existência dessas diretrizes, a educação ainda não alcançou seu pleito, tornar-se inclusiva. Há evidências que, embora o movimento tenha respaldo legal, em diferentes esferas do ensino, existem incompatibilidades entre o discurso e prática, onde é frágil o preparo daqueles que são responsáveis pelo processo de ensino e a acessibilidade física, curricular e atitudinal consideravelmente limitada. (POKER; VALENTIM; GARLA, 2017).

Diante dessa abordagem, consideram-se os seguintes questionamentos: Qual a real distância entre a perspectiva de Educação Inclusiva e sua efetivação na escola? Quais as barreiras e/ou entraves que limitam e/ou prejudicam a implantação de uma Educação Inclusiva?

Conforme o contexto, e buscando responder a essas indagações, realizou-se uma análise de publicações científicas no âmbito da Educação Inclusiva, a fim de identificar perspectivas e desafios para sua efetivação real. O levantamento bibliográfico tem embasamento em artigos dispostos no Portal Periódico Capes. Para a busca considerou-se o último quadriênio de publicações.

A análise procura inicialmente, evidenciar como as publicações científicas têm abordado a temática, os enfoques já estudados dentro do tema central, lacunas,

pontos significativos, aspectos teóricos e metodológicos e suas implicações para possíveis estudos na área. Posteriormente, elencou-se ideias que permitissem refletir o processo de Educação Inclusiva, revelando seu panorama, avanços, retrocessos e pontos de ressignificação.

Finalmente, o intuito desse estudo é mapear a temática Educação Inclusiva, com foco nas perspectivas e desafios da Inclusão Escolar frente a diversidade, pois entendemos que o processo de inclusão implica em uma série de mudanças na escola, tanto físicas quando referentes à adaptação da infraestrutura e equipamentos, como didático-pedagógicas pela parte dos educadores. Muitos educadores se sentem ainda despreparados quando se vêm diante da situação de trabalhar com alunos que possuam algum tipo de deficiência. O medo do diferente e a incerteza quanto ao aprendizado de um aluno com deficiência, impossibilitam o avanço de práticas de aprendizagens relevantes.

BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A inclusão configura-se na discussão dos direitos humanos de indivíduos por vezes esquecidos e afastados da vida social. Em educação, esse processo que culminou na atual perspectiva de Educação Inclusiva que, segundo Poker, Valentim e Garla (2017) contextualizou-se a partir de 1990, quando “a política educacional, influenciada por documentos internacionais que defendem os direitos humanos fundamentais, assume e passa a implementar a inclusão escolar” (2017. p. 887). Percebemos assim, a importância da inclusão escolar, não só para os deficientes, mas também para os ditos “normais”. De acordo com Mantoan (2005, p. 96):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que

têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro.

Para Kassir (2011), o marco inicial e oficial da construção da Educação Inclusiva deu-se a partir da Declaração de Salamanca, Assembleia que ocorreu na Espanha em 1994, onde encontravam-se representantes de 88 países e 25 organizações internacionais. Este encontro representou a iniciativa mais explícita e abrangente de inclusão num contexto de diversidade ao definir que:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (SALAMANCA, 1994, p. 6).

Ainda de acordo com o Kassir (2011) em termos de Brasil, identificamos inicialmente a participação na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia em 1990, quando foi incumbido de garantir a universalização da educação e para isso institui o Plano Decenal de Educação para Todos em 1993.

Antes desse documento, formulou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, que trata do compromisso de proteção à criança e ao adolescente, onde o seu artigo 3º determina respeito aos direitos individuais e coletivos, o que já preconiza de alguma forma, o princípio de inclusão. (BRASIL, 1990).

Em 1996, tivemos um outro dispositivo a favor dos marginalizados da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN, que institui a escola o dever de assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, ofertando-

lhes qualificação profissional e preparando-os para o exercício da cidadania (BRASIL, 2006).

A partir desses, um conjunto de ações e dispositivos legais foram desencadeados em favor da bandeira inclusiva. Nesse sentido, autores como Kassar (2011), Poker, Valentim e Garla (2017) destacam as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, em 2001, a Resolução CNE/CP nº 1/2002 para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, para a formação superior em licenciatura, a Resolução CNE/CP nº1 de 2006 que discorre sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Pedagogia, que trata da formação para a docência numa visão de diversidade e respeito às diferenças, o decreto 6.571/2008 que delibera a matrícula de alunos com deficiência e/ou transtornos em classes comuns, implantação do atendimento educacional especializado e alterações nas regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) com o ensejo de assegurar recursos para a manutenção desse aluno na escola e do AEE. Evidenciam ainda a resolução nº 4 que trata das Diretrizes Operacionais vinculadas Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial, Programas como Formação Continuada de Professores na Educação Especial, Formação de Professores para o AEE, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Escola Acessível para adaptação arquitetônica e o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Tudo isso faz parte de um conjunto de políticas sociais que se materializaram na atual perspectiva de Educação inclusiva.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cabe-nos refletir que o conceito normal e anormal (ou a tipificação do normal e anormal) é intrínseco ao movimento de inclusão, pois é da classificação

equivocada dos estudantes em normais, aqueles que conseguem aprender e se desenvolver em harmonia com os padrões esperados, e anormais, aqueles que apresentam limitações de qualquer natureza e que influenciam na adaptação escolar e na aquisição dos padrões previstos de aprendizagem, que surge o preconceito, e consequentemente a exclusão, que dá origem a inclusão. A cerca disso Macedo, Aimi, Tada e Souza (2014, p.184). enfatizam que:

A discussão sobre inclusão escolar pressupõe refletir sobre o contrário. Só há o incomodo em relação a mudança para incluir pessoas porque, de alguma forma, estas estão segregadas, por motivos e explicações que foram historicamente construídas. Se de um lado há um anseio de incluir, é porque de outro lado existem os excluídos. Isto é tratar os diferentes como iguais.

Em teor, a ideia de classificação e/ou homogeneização do diferente é uma forma de exclusão, e é daí que surge a necessidade de inclusão. Incluir é o caminho para tornar efetivos os direitos fundamentais ao conjunto dos excluídos. Em educação, portanto, é garantir-lhes educação institucional, a qual possibilite uma satisfatória integração social (TURSKI; TREVISOL, 2010).

A longa trajetória de superar a segregação, exclusão e discriminação é, então, a tarefa substancial e urgente da educação inclusiva, uma vez que “a diversidade em sala de aula é inevitável e simultaneamente indispensável porque não existe uma sala única e a cada ano conhecem-se alunos, com histórias de vida, realidade e problemas diferentes” (FALCÃO; SANCHES, 2016. p. 44).

Assim, a Educação Inclusiva objetiva transformar a educação comum, através de modificações conceituais e práticas, as quais destituam a segregação e promovam a equidade de direitos para todos os estudantes. De acordo com Gusmão, Martins e Luna (2011, p.70):

O princípio inclusivo avança na exigência da qualidade do atendimento prestado aos alunos que enfrentam problemas na aprendizagem, seja por motivos de deficiência, seja por dificuldades

ocasionadas por repetência, defasagem idade/série ou, ainda, por fatores econômicos e sociais.

Esse fator reforça a importância de discutir as demandas de efetivação de sua proposta, uma vez que, nesse sentido, cabe à escola, no exercício da sua função social, não só caminhar na direção de uma Educação Inclusiva, mas no alcance de um ensino significativo e eficaz para esse público. Sua missão é, portanto, desenvolver uma Educação Inclusiva de qualidade.

Entendemos que, não basta incluir o aluno com deficiência e leis que garantem seu direito escolar de aprendizado em escolas regulares, necessita de estratégias organizadas que possibilitem construir conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola para esse aluno incluso. Diante de todos esses argumentos, ainda são encontradas escolas que se utilizam do processo de integração, que busca normalizar a pessoa com deficiência e atribuir-lhe a responsabilidade de adequação ao meio social. Conforme constata Mantoan (2005), não há nenhuma mudança na estrutura social vigente, cabendo ao indivíduo à responsabilidade de se “adequar” ao sistema. Entretanto, as práticas integracionistas demonstram que as pessoas com deficiência não precisam e nem devem ser excluídas socialmente.

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O recente princípio de Educação Inclusiva, de acordo com Silva, Cabral e Martins (2016), tem como proposta “a garantia de uma educação de qualidade para todos”. Para Dias, Rosa e Andrade (2015) trata-se da inserção escolar de todos aqueles tradicionalmente excluídos, referindo, portanto, aqueles que fazem parte da educação especial, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como crianças e adolescentes pobres, negros, indígenas,

imigrantes com divergências legais, entre outros, oferecendo-lhes uma formação significativa.

Nessa direção apontam Turski e Trevisol (2010), esclarecendo ser a escola um ambiente para todos, no sentido de que uma escola inclusiva é aquela que se orienta numa perspectiva educacional voltada para o reconhecimento e acolhimento da diversidade.

Esse enredo pressupõe políticas municipais, estaduais e federais de educação que assegurem a existência de um sistema educacional inclusivo. Kassar (2011, p. 76) pontua ser um sistema educacional inclusivo:

Aquele que garanta o acesso ao estabelecimento educacional (garanta a matrícula e permanência do aluno) e que ofereça, quando necessário, atendimento educacional especializado para complementar ou suplementar o atendimento escolar (oferecido prioritariamente em salas de recursos multifuncionais).

Nesse sentido, as instituições de ensino, devem ser apoiadas, estimuladas e estruturadas, tanto humana como física e materialmente para que representem no conjunto de suas ações um sistema educacional inclusivo, que ofereça não só a matrícula, mas também a permanência desses alunos no ambiente de ensino, o que compreende adequação curricular, acessibilidade e estratégias práticas que assegurem a escolarização de todos os alunos na faixa etária adequada (MICHELS E GARCIA, 2014).

Em contraponto, embora essa política de Educação Inclusiva, “movimento em prol de situações menos segregadoras” (KASSAR, 2011, p.71), faça parte do contexto histórico da educação e esteja amparada em diferentes dispositivos e normativas legais, a Educação Inclusiva representa um direito do cidadão que ainda não foi alcançado de fato, uma vez que garantir a acessibilidade física, atitudinal e curricular frente à diversidade que se origina e se expande no seio social, é uma tarefa desafiadora para a escola e demanda maior empenho no emprego de

políticas públicas educacionais que garantam tal efetivação (POKER, VALENTIM E GARLA, 2017).

Neste sentido, Mantoan (2005, p. 79) dispõe que:

Há muito ainda a ser feito para que se possa caracterizar um sistema como apto a oferecer oportunidades educacionais a todos os alunos, de acordo com as especificidades de cada um, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão. Mas acreditamos que é urgente caminhar nessa direção.

Assim, o sistema educacional deve ser de qualidade e permitir oportunidades iguais a todos. Sem isso, qualquer esforço será em vão, uma vez que o processo só se justifica com ações que permitam ao indivíduo desenvolver-se como sujeito.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo em questão trata-se de uma revisão bibliográfica a respeito das Perspectivas e Desafios da Educação Inclusiva. A coleta de dados foi realizada na base de periódicos da CAPES, a partir de artigos publicados no período de 2014 a 2017. Como critérios de inclusão, utilizou-se o descritor “Educação Inclusiva”, área e período de publicação (Educação, Psicologia e Educação Especial /2014 a 2017), e artigos em português.

Para a amostra preliminar, foram selecionados estudos que tivessem no título ou nas palavras-chave os unitermos “Educação Inclusiva”, “Inclusão”, “Inclusão Escolar”, “Escola Inclusiva”, “Atendimento Educacional Especializado” e “Sistema Educacional Inclusivo”. Ponderando-se ainda que a intenção da análise é dissertar sobre temática de forma generalista, selecionou-se estudos que tenham esse caráter, à medida que excluímos e/ou evitamos artigos que se direcionavam ao tema a partir de desdobramentos, fragmentações e particularizações da área. A partir do refinamento da busca, observou-se que alguns trabalhos eram reincidentes nos assuntos abordados, assim não foram considerados para análise.

Tendo em vista a finalidade deste estudo e a partir da leitura prévia do título e do resumo elegeram-se 12 (doze) artigos Qualis A1 e A2, de revisão, experimentais, pesquisa ação e/ou intervenção, análise documental, estudo de caso, análise de dados e descritivos. Em seguida, fez-se uma leitura na íntegra e fichamento dos textos. Assentado e/ou fundamentado nessa análise mais cuidadosa das fontes, obtemos os dados necessários à reflexão do tema em questão.

A pesquisa foi conduzida através da categorização dos dados, que foram organizados e avaliados em descritores, sendo eles: Temáticas abordadas, Tipos de Estudo, Lócus, Nível Educacional, Público alvo ou Participantes e Desafios da Educação Inclusiva. A partir dos mesmos buscamos confrontar e/ou relacionar as informações presentes em cada publicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que o estudo propôs fazer uma revisão bibliográfica sobre as perspectivas e desafios da Educação Inclusiva na base de dados da Plataforma Sucupira/ Capes Qualis, analisamos os 12 artigos elencados e escolhidos na plataforma através da busca em palavras-chave. Os resultados foram apresentados e debatidos segundo os seis (6) descritores estabelecidos. No quadro 1 encontra-se a identificação precisa e específica desses descritores.

Quadro 1 - Identificação dos Descritores

Descritores	Definição
Temáticas abordadas	Compreende as temáticas, que no contexto da Inclusão, estão concebidas nesses estudos
Tipos de Estudo	Compreende a metodologia empregada em cada estudo a respeito da temática
Lócus	Compreende o local em que foram realizadas as

	pesquisas
Nível Educacional	Compreende o nível educacional de atuação ou formação dos participantes das pesquisas
Público alvo ou Participantes	Compreende o público alvo investigado, aqueles que forneceram os dados sobre o tema
Desafios da Educação Inclusiva	Compreende os desafios elencados em cada investigação no âmbito da inclusão escolar

Quadro 1: Elaboração Própria

TEMÁTICAS ABORDADAS

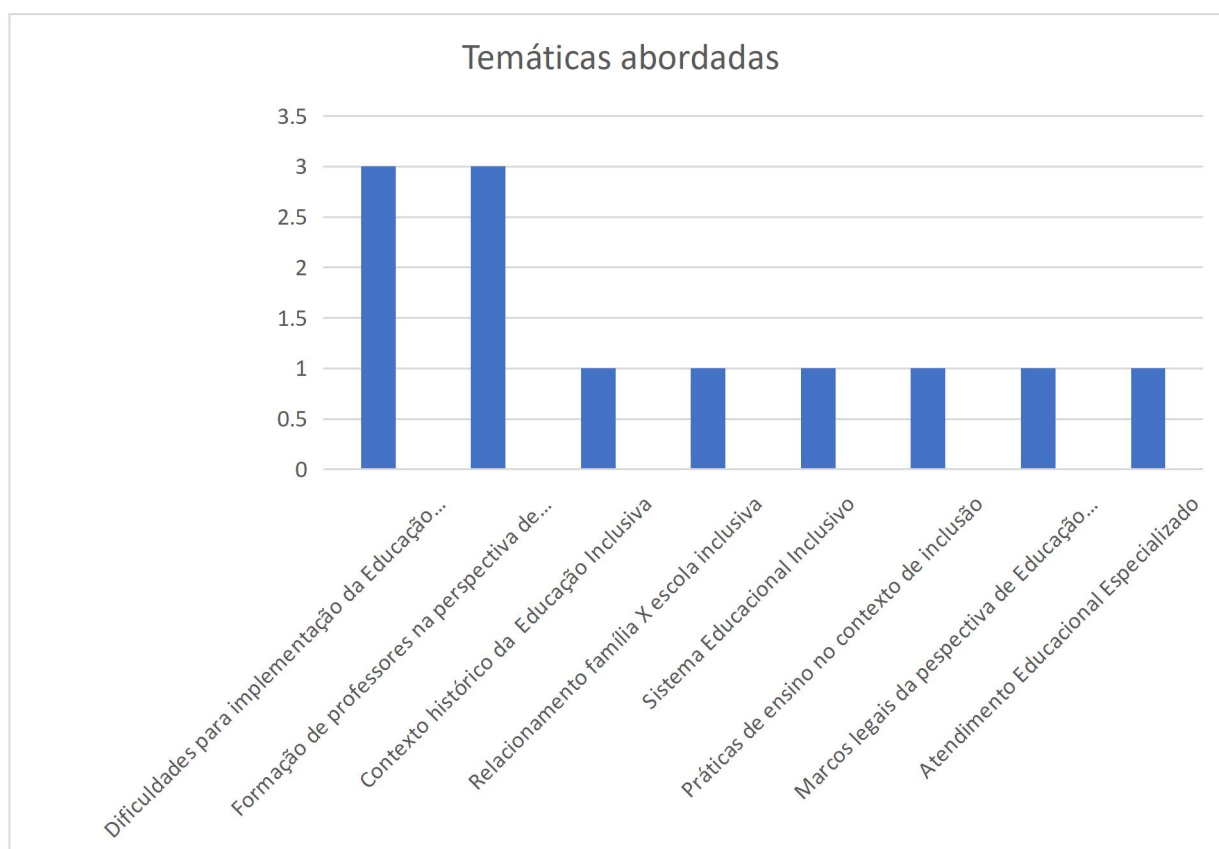


Gráfico 1: Elaboração Própria

Dos 12 artigos analisados, um (01) discorre sobre a Declaração de Salamanca, marco legal decisivo para a política de inclusão. Conforme Macedo Aimi, Tada e Souza (2014, p.182):

Entre os principais ganhos advindos da Declaração de Salamanca destacam-se o respeito à diversidade e a garantia de acesso e permanência no sistema educativo regular, além da incitação aos governos para elaboração de políticas que tenham como fim a Educação Inclusiva.

Com relação aos demais, um (01) estudo disserta sobre Atendimento Educacional Especializado, três (03) acerca da formação de professores na perspectiva inclusiva, um (01) explana a respeito de sistema educacional inclusivo, três (03) evidenciam as demandas, fatores e impasses para implementação de uma Educação Inclusiva, um (01) faz referência ao ensino e as práticas colaborativas entre professores de sala especial e regular, um (01) trata da relação

Observa-se que a maioria dos trabalhos encontrados não se preocupam em estudar a demanda a partir dos diferentes estudantes considerados público alvo da Educação Inclusiva, a exemplo das minorias (quilombolas, crianças circenses, entre outros). Preconizam-se abordagens assentadas em alunos com deficiência, o que pode representar falhas no conhecimento de questões conceituais. Sobre isso, Breitenbach, Honnef e Costas (2016, p. 373) salientam que:

A Educação Inclusiva não se restringe a proporcionar acesso e qualidade de ensino formal a pessoas tidas como público alvo da educação especial, como muitos profissionais da educação pensam [...] pressupõe promover uma equidade educacional, por meio da garantia de acesso e qualidade na educação de todas as pessoas.

Notamos ainda que nenhum trabalho se dedica a analisar minuciosamente os demais dispositivos legais que materializam a política de inclusão, o que traria esclarecimento para professores, pais, alunos, público escolar e para a sociedade,

que muitas vezes desconhece o que preconizam os documentos oficiais. O foco das pesquisas recorre sobre AEE e formação de professores. Ainda são tímidas as abordagens referentes à relação família X escola inclusiva e a práticas e/ou experiências de ensino que favoreçam a inclusão. A temática é abrangente e complexa, podendo culminar em muitos objetos de estudos, que aqui não foram elencados.

TIPOS DE ESTUDOS

Com relação à metodologia empregada, pode-se inferir abordagens qualitativas, documental, bibliográfica, estudo de caso, levantamento de dados, intervenção, estudo teórico e de ação colaborativa. Há uma significativa concentração de metodologias que envolvem experiências humanas, no entanto, essas não contemplam estudantes, mas professores. Assim, consideramos escassas pesquisas de estudo de caso e diretamente com os estudantes que compõem os sujeitos da Educação Inclusiva, sejam crianças com deficiência, circenses, entre outros, o que permitiria perceber mais concretamente se esses estão tendo de fato o direito à educação e formação preconizadas. Poker, Valentim e Garla, (2017, p.878), apontam que:

Apesar de o ministério da educação (Brasil, 2008) divulgar amplamente dados significativos que evidenciam o aumento crescente das matrículas do público alvo da educação especial nas salas regulares de ensino, há poucos estudos que demonstram que esses alunos estão tendo uma educação de qualidade, ou seja, se têm de fato, acesso às condições adequadas para efetivar seu processo de escolarização.

Algo a ser destacado é o desenvolvimento de análises de intervenção e ação colaborativa, pois oportunizam aqueles que trabalham na educação a aquisição de novos saberes, experiências e práticas que auxiliem o processo de inclusão.

LÓCUS

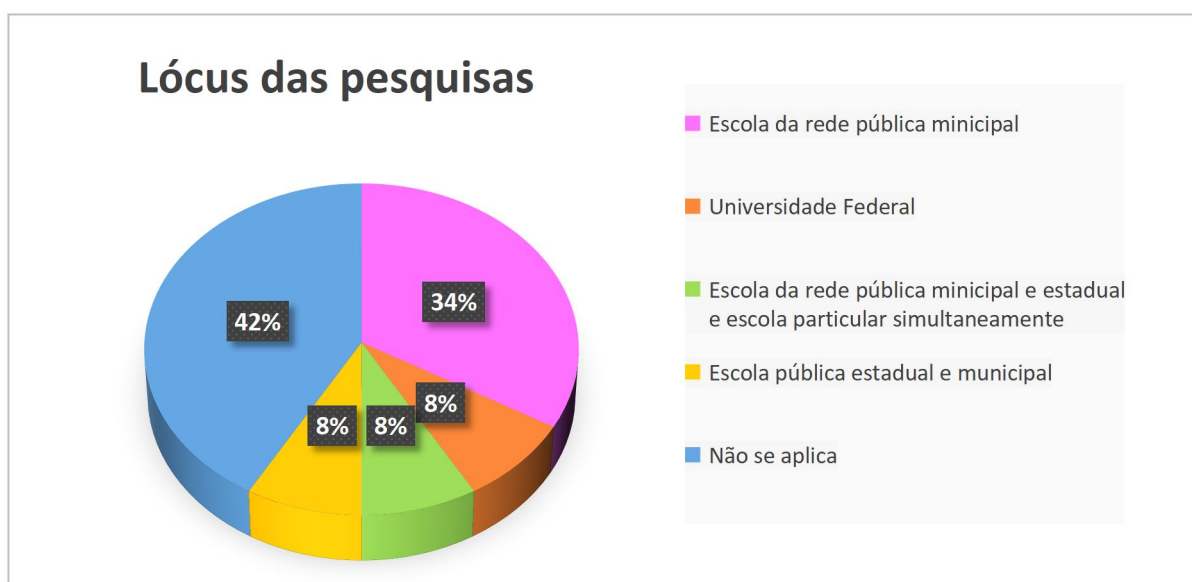


Gráfico 3: Elaboração Própria

No que concerne a este descritor, os resultados mostram que grande parte dos trabalhos foram realizados em escolas públicas, especialmente municipais. Apenas uma aconteceu em uma escola particular. As demais não envolveram um

local (físico), mas ambientes virtuais como o Portal Inep ou se tratam de reflexões teóricas, são os casos que não se aplicam ao descritor.

Notadamente, há carência de trabalhos que investiguem instituições privadas, universidades e creches e/ou berçários, pois são representativos sobre os resultados acerca da efetivação da inclusão escolar, a qual envolve também, aqueles que fazem parte desses espaços.

Cabe mencionar que a rede pública, carente de recursos e investimentos governamentais, só tem a se beneficiar com a disponibilidade em sediar esses estudos, pois são oportunidades de aperfeiçoamento de práticas a serem desenvolvidas pelos professores no atendimento à diversidade.

NÍVEL EDUCACIONAL

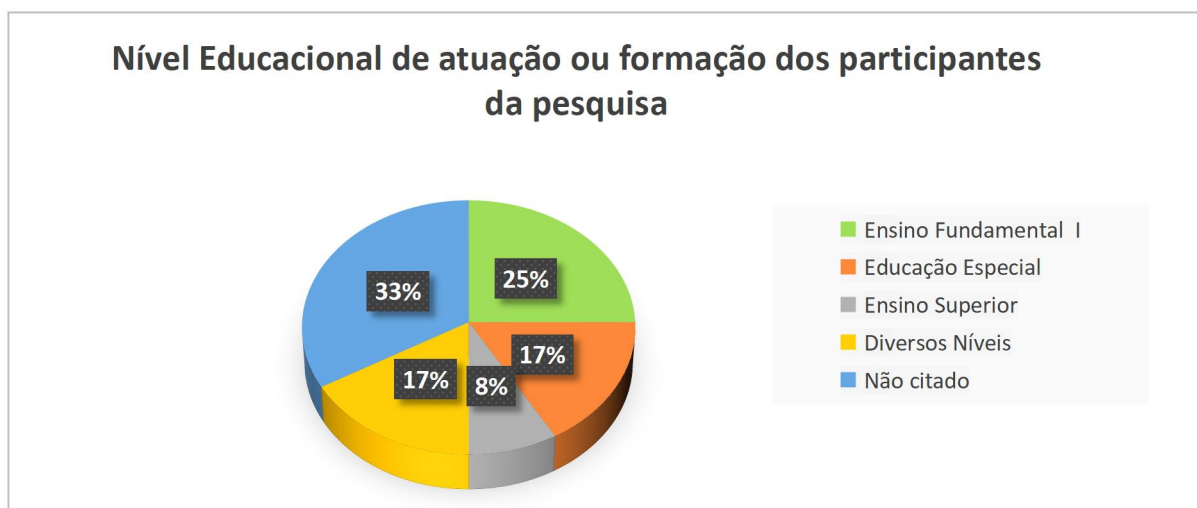


Gráfico 4: Elaboração Própria

O quarto descritor aponta que há um interesse em estudos que envolvam os anos iniciais do ensino fundamental, e ainda que limitado, o ensino superior.

Algumas demandas são voltadas para Educação Especial. Todavia, a maioria das análises não informa o nível educacional, uma vez que envolve professores, gestores e não estudantes das diferentes classes de ensino.

É evidente a necessidade de estudos que contemplem a educação infantil, o ensino profissionalizante e mais amplamente o ensino médio e superior, pois traria à luz se estes estudantes concluíram a jornada estudantil, se as competências básicas foram alcançadas e se a inclusão também acontece nessas etapas. No mais, a educação infantil é uma fase riquíssima para o desenvolvimento, potencializando a integração nas demais. As situações em que o nível educacional não foi citado referem-se a trabalhos apenas de reflexão.

PÚBLICO ALVO OU PARTICIPANTES

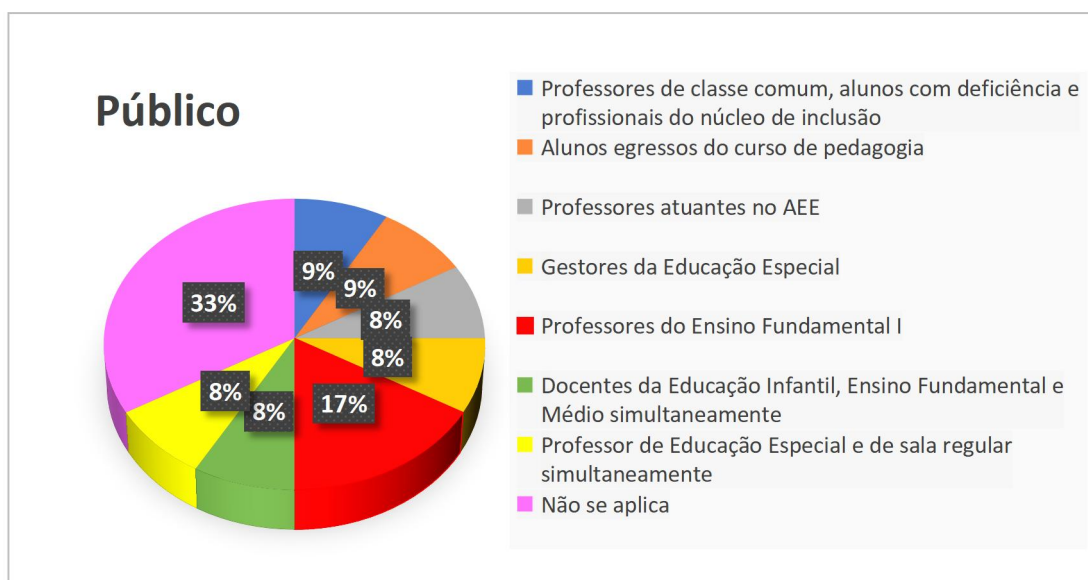


Gráfico 5: Elaboração Própria

No tocante ao público alvo, as propostas são direcionadas em maior número a professores de classe regular, atuantes na educação infantil e ensino fundamental, seguido de professores dedicados ao Atendimento Educacional Especializado-AEE.

Os dados sugerem a necessidade de ampliação de pesquisas a partir das vozes de estudantes sujeitos da inclusão, pois embora alguns contemplem alunos com deficiência, há uma diversidade de grupos que dela fazem parte, envolvem diversidades étnicas, religiosas, culturais e outras.

Vale ressaltar que dentro desse universo também podem ser inseridos os atores colaborativos do processo de inclusão, como familiares, gestores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais que acompanham o processo formativo desses estudantes, especialmente daqueles da Educação Especial, pois o trabalho colaborativo entre o professor e esses é fator decisivo para anulação da exclusão e acolhimento da diversidade.

Neste sentido, Vilaronga e Mendes (2014) ressaltam a importância desse formato de trabalho e a necessidade de mais estudos que abordem esses atores diretos da educação. Com relação aos casos em que esse descritor não se aplica, trata-se de estudos que não envolveram pessoas como participantes, a exemplo do estudo teórico.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No que se refere ao levantamento dos desafios que permeiam a perspectiva de Educação Inclusiva, são de modo geral numerosos, além disso, vários artigos retratavam os mesmos pontos simultaneamente, assim a análise deste descritor foi organizada em cinco (05) categorias de conteúdo.

Desde o início do movimento de inclusão, são amplas as discussões sobre a implantação de uma política de inclusão escolar. “No âmbito educacional, passou-se a defender a construção de um sistema único de qualidade para todos os sujeitos com e sem deficiência” (MATOS; MENDES, 2014. p. 38). O todo emerge da diversidade humana, onde cada indivíduo tem anseios, características, capacidades e necessidades particulares a serem observadas, especialmente no tocante a formação educacional (MACEDO; AIMI; TADA; SOUZA, 2014). Desse ponto de vista, são representativos os impasses.

Os artigos investigados apresentam demandas ligadas a formação e prática docente, ao trabalho colaborativo, ao Atendimento Educacional Especializado, conceituais e de acessibilidade.

Ao abordar sobre a formação inicial e continuada docente, os autores apontam a necessidade de estruturação dos cursos de Pedagogia de forma que contemplem disciplinas específicas da Educação Especial, com oportunidade de estágio nessa categoria educacional (POKER; VALENTIM; GARLA, 2017). Inserem-se aqui a falta de preparo do professor, sendo premente investimentos na formação básica e continuada (FELÍCIO; FANTACINI; TOREZAN, 2016). O conhecimento é insuficiente, por exemplo, para o trabalho com AEE, pois, embora tenha grande número de professores graduados e exercendo a função docente nas salas de recursos especiais, eles não estão capacitados para atender todas as especialidades e níveis de escolarização dos estudantes (KASSAR, 2014). Encontram-se, ainda nesse eixo, a urgência de ressignificação das práticas em sala de aula (MATOS; MENDES, 2014).

Em relação ao Atendimento Educacional Especializado, perdura a incompreensão sobre a função do docente em AEE, visto por vezes como o único responsável pela escolarização e inserção dos alunos deficientes. Ademais, muitos não visualizam as salas de Educação Especial como uma estratégia pedagógica (BERNARDES; CORDEIRO, 2016).

Ao tratar a respeito do trabalho colaborativo, aparecem no material investigado, desafios como falta de apoio das lideranças escolares, das autoridades públicas, dos profissionais técnicos especializados (DIAS, ROSA e ANDRADE, 2015), maior parceria entre profissionais e familiares de pessoas com deficiência, pois embora já exista uma participação, é insuficiente, tendo em vista a compreensão acerca do desenvolvimento dos alunos, bem como o esclarecimento de direitos e deveres (SILVA; CABRAL; MARTINS, 2016). Aponta-se também a ausência de práticas colaborativas entre professor regular e o de Educação Especial (VILARONGA; MENDES, 2014). Por último, em relação a esse campo, desenham-se barreiras no diálogo entre escola e redes de assistência a alunos com deficiência, como fonoaudiólogo, limitantes de uma intervenção pedagógica significativa (ASSIS; SANTIAGO, 2016). A mesma análise elege a inclusão dessas crianças como o grande desafio do professor.

Desta maneira, as estratégias coletivas têm sido defendidas como indispensáveis à superação da exclusão e estabelecimento de ações de fato inclusivas, nos sistemas de ensino (MACEDO; AIMI; TADA; SOUZA, 2014).

Acerca dos fatores conceituais, mencionou-se que muitos dos termos e/ou preceitos empregados em documentos oficiais, como a Declaração de Salamanca e suas alterações, desencadearam interpretações equivocadas sobre a definição de Educação Inclusiva, Educação Especial e do seu público alvo, influenciando, muitas vezes de maneira improdutivo, na política de inclusão (BREITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016). Cabe aqui as discrepâncias do uso político do termo “sistema educacional inclusivo” na logística privatista da educação, uma vez que a implantação de um sistema educacional nacional inclusivo ainda não é palpável (MICHELS; GARCIA, 2014).

No tocante a barreiras de acessibilidade, os dados apontam que a realidade escolar ainda se apresenta desigual e excludente, onde coexistem práticas discriminatórias, ausência de adaptações, de apoio especializado e de auxiliares,

além de isolamento de estudantes dentro da classe regular. Não há uma harmonia entre necessidade dos estudantes, professores e atuação política governamental (MATOS; MENDES, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui desenvolvida aponta que a temática é complexa e abrangente, tendo numerosos desdobramentos desde o início do movimento de inclusão até a atual política de Educação Inclusiva.

Embora muito já tenha sido pesquisado dentro do contexto, temos aspectos que podem orientar estudos futuros. Há por exemplo, escassez de investigações que retratem o universo entre diretrizes legais existente e efetivação da inclusão. É imprescindível um foco de estudos nos diversos sujeitos público alvo da Educação Inclusiva, pois notou-se a prioridade a pessoas deficientes que necessitam do atendimento educacional especializado e professores, apesar de que o professor é fonte de muitas das respostas aqui levantadas. Vale ressaltar que algumas publicações revelaram o engano ainda existente de que educação especial é sinônimo de Educação Inclusiva, quando na verdade faz parte dessa.

No âmbito dos estudos, pouco se investiga a conjuntura da inclusão no ensino médio, profissionalizante, superior e educação infantil, sendo a rede pública o alvo dos pesquisadores, o que talvez seja resultado da prontidão e acesso que ela apresenta.

As publicações revelam que a implantação de uma Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios consideráveis, os quais recorrem especialmente sobre a formação inicial e continuada do professor, o que resulta em despreparo, e consequentemente numa prática educativa inoperante diante da diversidade. Dentro dessa diversidade, a inclusão de crianças deficientes é tida como o fator sobremodo desafiador, o que possivelmente justifique a reincidência de pesquisas com esse grupo.

Numa análise mais específica, há barreiras na efetivação da inclusão, onde é longo o caminho entre o discurso legal, seu significado e a eliminação da exclusão e da desigualdade no sistema educacional.

Finalizando, a discussão no horizonte das publicações científicas apontam a carência de políticas públicas de inclusão mais eficazes, que possibilitem a disseminação de conceitos e práticas que transportem a educação comum para uma Educação Inclusiva, capaz de atender a diversidade. Certamente, a questão não se limita a esse estudo. Há espaço para pesquisas em outras bases de dados, no sentido de discutir a temática sobre outro viés, que nesta ocasião não foi possível ser contemplado.

Considerando o teor da discussão, o estudo evidencia-se como incisivo enquanto relevância social, pois trouxe a luz demandas que ainda podem/precisam ser pesquisadas, trabalhadas e ressignificadas dentro da Educação Inclusiva, tanto no campo das pesquisas acadêmicas, como na disseminação prática escolar e social. Na dimensão pessoal e acadêmica, resultou em atualização e melhor qualificação profissional, possibilitou refletir e conhecer de maneira significativa e efetiva, o que representa a implantação da Educação Inclusiva no contexto da educação atual, auxiliando minha atuação docente na educação pública e oferecendo ainda subsídios/aportes teóricos e metodológicos para outras abordagens dentro dessa esfera do conhecimento, de maneira que provocou o interesse para a continuação de estudos em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e o desenvolvimento de novas pesquisas na área.

Assim, ratificamos que não podemos simplesmente ver a inclusão como um acontecimento, mas sim como um processo, que necessita ser constantemente analisado e avaliado durante o seu desenvolvimento, isso tudo com bastante responsabilidade e compromisso por parte de todas as esferas da sociedade.

Finalmente, percebemos que ainda estamos no caminho para obter escolas inclusivas ideais, mas sabemos que para remover as barreiras da aprendizagem, é

preciso sacudir as estruturas sobre as quais as escolas tradicionais estão assentadas. Essa tarefa exige tempo e muita dedicação por parte dos governantes, da escola, e também da comunidade onde a instituição está inserida.

A escola inclusiva, aberta à riqueza da diversidade e consciente de suas funções sociais e políticas, se torna o espaço capaz de promover profundas e intensas mudanças sociais, desde que alicerçada em princípios que visem uma educação digna, igualitária e de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Raquel Martins; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. **Inclusão escolar: uma proposta de intervenção**. R. Educ. Públ, Cuiabá, v.25, n.58, p.57-74, jan/abr, 2016.

BERNARDES, Cleide Aparecida Hoffmann; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. **O atendimento educacional especializado pelas vozes das professoras**. Revista eletrônica de educação, v.10, n.1, p.88-99, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. Ed, Brasília, DF: Corde, 1997.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. **Educação Inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ, Rio de Janeiro, v.24, n.90, p.359-379, , abr/jun, 2016.

DIAS, Marian Ávila de Lima e; ROSA, Simone Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. **Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores**

necessários à sua implementação. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, V.26, n.3, p.453-463, 2015.

FELÍCIO, Natália Costa de; FANTACINI, Renata Andrea Fernandes; TOREZAN, Keila Roberta. **Atendimento Educacional Especializado: Reflexões acerca da Formação de Professores e das Políticas Públicas**. Revista Eletrônica de Educação, v.10, n.3, p.139-154, 2016. INSS 1982-7199| DOI:<http://dx.doi.org/10.14244/198271991508>.

GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira; MARTINS, Tânia Gonçalves; LUNA, Sérgio Vasconcellos de. **Inclusão escolar como prática cultural: uma análise baseada no conceito de metacontingência**. Psic. da Ed., São Paulo, 32, 1º sem., p. 69-87, 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva de educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n.41, p.61-79, jul./set. 2011.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **A formação de professores para educação inclusiva e os possíveis impactos da escolarização de alunos com deficiências**. Cad.Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 207-224, mai-ago, 2014.

MACEDO, Marasella del Cármen Silva Rodrigues; AIMI, Deusodete Rita Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio; SOUZA, Ana Maria de Lima. **Histórico da Inclusão escolar: uma discussão entre texto e contexto**. Psicologia em Estudo, Maringá, V. 19, n.2, p.179-189, abr/jun, 2014.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2005.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Goonçalves,. **A proposta de Inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, V.10, n.16, p. 35-59, Jan/jun, 2014.

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Eniceia Gonçalves. **Demandas decorrentes da inclusão escolar**. Revista Educação Especial, Santa Maria. V. 27, N. 48, P. 27-40 Jan/abr, 2014.

MICHELS, Maria Helen; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Sistema Educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira**. Cad.Cedes,

Campinas, v. 34, n. 93, p. 157-173, mai-ago, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v34n93/0101-3262-ccedes-34-93-0157.pdf>. Acessado em: 08 dez. 2017.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. **Inclusão Escolar e formação inicial de professores:** a percepção de alunos egressos de um curso de pedagogia. Revista Eletrônica de Educação, v.11, n.3, p. 876-889, set./dez., 2017.

SANCHES, Isabel Rodrigues; FALCÃO, Ruthe Bezerra. **A ciranda da inclusão:** promovendo o desenvolvimento e a interação de um grupo de jardim de infância de que faz parte uma **criança com autismo**. Espaço pedagógico, Passo Fundo, v. 23, n.1, p.43-64, jan./jun.2016.

SILVA, Aline Maria da; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. **Abordagem relacional entre família e escola inclusiva sob as perspectivas de professores.** Interfaces da Educ, Paranaíba, v.7, n.19, p.191-205, 2016.

TURSKI, Daiane R; TREVISOL, Maria Teresa Ceron, **Escola Inclusiva:** lugar para todos. REP- Revista Espaço pedagógico, Passo Fundo, v.17, n.1, p.40-53, jan/jun, 2010.

VILARONGA, Carla Ariela Rios. MENDES, Enicéia Gonçalves. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar:** práticas colaborativas entre professores. Rev, bras. Estud. Pedagog. (on line), Brasília, V. 95, n.239, p.139-151, jan/abr, 2014.

Recebido: 03-06-2019

1ª Revisão: 31-08-2019

2ª Revisão: 02-09-2019

Aceite final: 13-12-2019